



A MULHER E A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

**APRESENTADO NA V REUNIÃO ANUAL
7 DE MAIO 2005**

FOZ DO IGUAÇU, BRASIL

ÍNDICE

Introdução.....	3
1. Processo de negociação da ALCA.....	5
2. Encontros da Confederação Parlamentar das Américas e da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas	6
2.1 <i>A Confederação Parlamentar das Américas (COPA)</i>	<i>6</i>
2.2 <i>A Rede de Mulheres Parlamentares das Américas</i>	<i>7</i>
3. Posicionamento dos parlamentos e governos em relação à ALCA e seu impacto na mulher	9
3.1 <i>Os parlamentos e os governos</i>	<i>10</i>
3.2 <i>As organizações interparlamentares e os parlamentos regionais.....</i>	<i>15</i>
3.3 <i>Reuniões interparlamentares</i>	<i>16</i>
3.4 <i>Atividades informativas</i>	<i>18</i>
Conclusão.....	19

Introdução

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representa um desafio de grande peso para todos os países do nosso continente. Na verdade, este projeto exercerá consideráveis impactos nas populações e economias da região, impactos ainda maiores já que nem todas as economias encontram-se no mesmo nível. É por este motivo que a Confederação Parlamentar das Américas (COPA) e a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas iniciaram uma reflexão sobre esta problemática; e a Rede insistiu mais sobre os impactos da ALCA na mulher.

Na IV Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, realizada em Caracas, Venezuela, 24 de novembro de 2003, adotamos uma recomendação intitulada “*Os impactos da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na mulher*”. No último parágrafo destaca-se a importância que deve ser dada a este tema:

“Nós, membros da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas (...) recomendamos que a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas realize um constante acompanhamento dos impactos da ALCA na mulher e convide as seções regionais da Rede a atuarem da mesma maneira diante de seus respectivos parlamentos.”

Para implantar este importante mandato, em 24 de março de 2004, em Brasília, foi concluída uma primeira etapa durante nossa reunião do Comitê Executivo, quanto tive o privilégio de ser eleita relatora da temática “Mulher e Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”. Uma vez que, nesta qualidade, minha responsabilidade consiste em consultar os diversos parlamentos membros da Rede sobre os impactos da ALCA na mulher e relatá-los em nossa próxima Reunião Anual, solicitei a colaboração das senhoras, em 6 de agosto de 2004, para que o dito relatório retratasse os pontos de vistas e os posicionamentos dos diferentes parlamentos por nós representados. Para tanto, pedi para que as senhoras me encaminhassem um breve resumo do posicionamento assumido em seus respectivos parlamentos vinculados ao impacto da Área de Livre Comércio das Américas sobre a condição da mulher. Para tanto, enviei a todas as integrantes do Comitê Executivo da Rede um formulário para auxiliá-las na coleta de informações (ver formulário anexo).

Este questionário continha três questões genéricas sobre o posicionamento assumido pelo seu parlamento e governo em relação à ALCA. Em seguida, haviam seis questões específicas sobre o posicionamento assumido por seu parlamento e governo em relação aos eventuais impactos econômicos e sociais da ALCA e os eventuais impactos da ALCA nos serviços públicos e na mulher. Perguntei-lhes também qual seria, na opinião das senhoras, o papel que os parlamentares deveriam exercer em relação à ALCA e o impacto na mulher.

Como até fevereiro de 2005, havíamos recebido apenas três respostas deste questionário, ou seja, das colaborações do Senado Federal do México, do Parlamento Andino e do Quebec, a Secretaria da Rede reiterou o pedido de resposta ao questionário a todos os parlamentos das Américas. Esta segunda iniciativa não deu maiores resultados, pois nenhuma nova colaboração nos foi enviada.

Apesar disto e considerando-se a importância desta problemática para a mulher das Américas, decidimos, ainda assim, apresentar o dito relatório que assumirá, neste contexto, a forma de um relatório preliminar. Queiram por gentileza observar que, para compensar a falta de informações de primeira mão vindas de fontes parlamentares, tivemos de efetuar uma coleta e análise de informações disponíveis nos WEBSites dos governos, parlamentos, organizações interparlamentares da região e também no WEBSITE oficial da ALCA. Tais informações, embora fragmentadas, principalmente no que se refere ao impacto da ALCA na mulher, confirmam ainda mais a importância de continuar aprofundando este tema no marco das próximas reuniões da Rede.

O propósito deste relatório preliminar é, então, apresentar os resultados das recentes pesquisas realizadas sobre o impacto da ALCA na mulher. Começaremos apresentando o processo de negociações da ALCA e, em seguida, lembraremos as conclusões das reuniões da COPA e da Rede, destacando principalmente nossa última Reunião Anual da Rede ocorrida em Caracas em novembro de 2003. Por fim, analisaremos como os parlamentos e governos expressaram seu posicionamento em relação à ALCA e seus impactos econômicos e sociais na mulher, particularmente quando tais informações estavam disponibilizadas na Internet.

1. Processo de negociação da ALCA

A partir do lançamento da idéia de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), durante a Cúpula das Américas em Miami em dezembro de 1994, várias etapas foram percorridas. Lembremo-nos de que o objetivo desta área é integrar economicamente o continente americano e aprimorar ao mesmo tempo a prosperidade de cada país.

As negociações são feitas por consenso e os países escolhem negociar em bloco comercial ou de maneira independente. Os ministros do Comércio de cada país da ALCA reúnem-se aproximadamente a cada dezoito meses para supervisionar e dirigir negociações. O mandato da presidência das negociações expira no término de cada reunião ministerial. Desde 1º de novembro de 2002, o Brasil e os Estados Unidos assumem a co-presidência das negociações.

O Comitê das Negociações Comerciais (CNC), composto por vice-ministros responsáveis pelo comércio, é responsável pelo trabalho dos demais comitês, pela estrutura do acordo e pelas questões institucionais.

Nove grupos de negociações dedicam-se às questões de acesso aos mercados, investimentos, serviços, mercados públicos, resolução de controvérsias, agricultura, direitos de propriedade intelectual, subsídios, direitos compensatórios e anti-dumping e da política de concorrência. Estes grupos são responsáveis pela redação dos textos sobre cada setor.

Por fim, foram criados comitês especiais. Três sobre questões horizontais, ou seja, o Grupo Consultivo sobre Economias Menores, Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e Comitê Conjunto de Especialistas Governamentais e do Setor Privado em Comércio Eletrônico. Um Comitê Técnico é responsável das questões institucionais e um grupo de especialistas dedica-se às medidas facilitadoras do comércio.

Segundo o calendário adotado durante as várias Cúpulas das Américas, as negociações deveriam ser concluídas em janeiro de 2005, para que o acordo esteja vigente no máximo em dezembro deste mesmo ano. Entretanto, desde a última reunião ministerial, realizada em Miami em novembro de 2003, parece que as negociações estão bloqueadas. O Comitê de Negociações Comerciais solicitou mais tempo e adiou as reuniões ministeriais inicialmente programadas; por isto, a reunião de 2004 no Brasil não aconteceu.

O último encontro dos co-presidentes do Comitê de Negociações Comerciais (Brasil e Estados Unidos), foi no fim de março de 2005 em Washington. Os co-presidentes acreditam ainda que as negociações podem avançar e calculam que o processo de formação da ALCA está no rumo certo. Estes dois países conjecturam convocar o Comitê de Negociações Comerciais para uma reunião no fim de abril ou início de maio¹.

2. Encontros da Confederação Parlamentar das Américas e da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

2.1 A Confederação Parlamentar das Américas (COPA)

Como desde sua criação em 1997, um dos objetivos da COPA é promover um diálogo parlamentar interamericano permanente, várias recomendações decorrentes das reuniões e assembléias gerais são sobre a ALCA.

A Declaração Final da cidade de Quebec, de 21 de setembro de 1997, estabelece que a COPA deve apoiar a participação da população nas discussões e consultas antes da tomada de decisões sobre a criação de uma área de livre comércio continental. Esta Declaração afirma também que os parlamentares devem promover o direito ao trabalho e de acesso ao emprego, e que a ALCA deve favorecer as políticas geradoras de empregos estáveis. Deve inclusive assegurar aos trabalhadores condições adequadas, remuneração equitativa, liberdade de associação e proteção contra o desemprego.

Na reunião extraordinária de abril de 2001, realizada na cidade de Quebec, paralelamente à Cúpula das Américas, o Comitê Executivo da COPA adotou um plano de ação no qual os parlamentares se comprometem em informar as populações sobre as problemáticas da ALCA e realizar consultas públicas. Os parlamentares assumem também o mandato de avaliar os impactos deste acordo nos habitantes da região e na mulher.

A Comissão Permanente de Trabalho sobre ALCA, Economia, Comércio, Trabalho e Migração redigiu em novembro de 2002, durante a Assembléia Geral da COPA, em Ixtapan de la Sal, México, uma recomendação sobre a integração econômica inspirada na ALCA. A COPA

¹ Informação disponível no WEBSITE oficial da ALCA www.ftaa-alca.org/alca_f.asp e no do *Department of State* <http://usinfo.state.gov/wh/Archive/2005/Feb/24-313504.html>.

solicitava, então, que os parlamentares fossem recebidos nas deliberações relacionadas às negociações da ALCA. Exigiu também a eliminação dos subsídios e das medidas protecionistas e a implantação de medidas compensatórias para atenuar a assimetria entre os países.

Posteriormente, esta comissão reuniu-se em Quito, em agosto de 2003, para discutir sobre o papel dos parlamentares diante da ALCA. Após esta reunião, ficou acordado que os parlamentares implantariam uma estratégia de participação nos fóruns internacionais de negociações da ALCA e que os resultados seriam divulgados à população. A comissão recomendou a criação, por parte dos parlamentos, de comissões interparlamentares representando as diversas regiões das Américas. Foi também solicitado que os parlamentos incluam a questão da igualdade dos gêneros no processo de negociações da ALCA.

A COPA, quando de sua V Assembléia Geral, em novembro de 2003 em Caracas, Venezuela, adotou uma recomendação sobre sua implicação no processo de negociações da ALCA. Neste texto, os parlamentares expressam seu desejo de participar do processo de integração econômica nas Américas e assegurar uma maior representatividade das diferentes correntes de opiniões. Eles consideram importante exprimir sua opinião em relação à ALCA e favorecer o diálogo entre os governos e parlamentos no marco das negociações. Enfim, os parlamentares solicitam que sejam vinculados ao comitê tripartite das negociações, composto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPALC), e que seja estabelecido um vínculo oficial entre a COPA e este comitê.

2.2 A Rede de Mulheres Parlamentares das Américas

Na Rede, a reflexão sobre os impactos da ALCA foi iniciada na reunião de seu Comitê Executivo, realizada na cidade de Quebec em abril de 2001. Na ocasião, foi adotada uma declaração sobre os impactos da ALCA e da integração continental exercidos na vida da mulher.

No marco da IV Reunião Anual da Rede, em Caracas, Venezuela, 24 de novembro de 2003, a Sra. Graciela Rodriguez, coordenadora da Rede Internacional de Gênero e Comércio e diretora executiva do Instituto Equit do Brasil, animou um painel sobre os impactos da ALCA na mulher.

No decorrer desta conferência, a Sra. Rodriguez explicou quais aspectos dos acordos de livre comércio poderiam lesar a mulher. Na sua opinião, ao observar os resultados dos acordos comerciais já vigentes, pode-se prever algumas repercussões da ALCA na mulher.

Deste modo, a ALCA pode, através das cláusulas sobre os investimentos, influenciar as instâncias governamentais e abreviar o poder de legislar dos Estados. As medidas de privatização ocasionam também uma redução da prestação de serviços públicos, envolvendo mais particularmente os setores da saúde e da educação. As medidas de privatização conduzem também a uma diminuição da prestação de serviços públicos afetando mais particularmente as áreas da saúde e educação. Esta situação agrava então a condição da mulher no sentido de que é ela quem utiliza mais tais serviços. Como a mulher trabalha, na maioria das vezes, no setor da economia informal, social ou em microempresas, o acordo de criação da ALCA deveria, segundo a Sra. Rodriguez, conter disposições particulares de apoio às micros e médias empresas. Além disto, a restrição do acesso às licenças pré-natal e maternidade para a flexibilização do trabalho, exerce um impacto nos direitos de reprodução².

Baseado nesta apresentação, pistas de ação foram propostas pela conferencista com o objetivo de orientar a ação dos parlamentares. A conferencista relembra que os governos têm o dever de informar a população sobre os impactos decorrentes da ALCA. Ela propõe também a ampliação da capacidade técnica e de análise dos grupos de negociações, a coleta de dados diferenciados por gênero e a colaboração com grupos de pesquisa, sociedade civil e dos países do G20³.

A recomendação sobre o impacto da ALCA na mulher adotada na ocasião incita os parlamentares a promover a participação ativa da mulher para que suas preocupações sejam mais bem consideradas. Também está previsto favorecer o acesso as pesquisas, estudos críticos e análises realizadas por ONGs e outros centros de pesquisa. Através da Rede, as participantes assumiram inclusive o compromisso de dar andamento no sentido de influenciar o discurso das próximas reuniões ministeriais. Estas integrantes adotaram a missão de exercer pressão para que os governos relacionem a situação da mulher em suas políticas. A Rede

² Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, IV Reunião Anual, Caracas, Venezuela, 24 nov. 2003, *Recomendação sobre o impacto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na mulher*.

³ Idem, Relatório.

comprometeu-se em assegurar um constante acompanhamento dos impactos da ALCA na mulher⁴.

Baseado na iniciativa da Seção de Quebec, a Rede também convidou, em 20 de maio de 2004, a Sra. Lucie Lamarche, professora da *Université du Québec à Montréal*⁵ (UQAM), para dar na Assembléia Nacional de Quebec uma conferência sobre o processo de integração das Américas. Esta conferência tinha como objetivo levantar elementos de reflexão sobre a contribuição democrática e a responsabilidade dos parlamentares, homens e mulheres, quebequenses. A docente lembra que Quebec é uma província que privilegia os direitos da mulher e que um acordo de livre comércio não pode vir destruir tal privilégio, impondo a privatização de serviços públicos ou restringindo a ação do Estado. A Sra. Lamarche recomendou, então, que as mulheres participem das negociações dos acordos comerciais e que sejam consultadas para a redação dos anexos e das exceções. Além do mais, recomendou que a Assembléia Nacional de Quebec exija dos ministros uma prova de avaliação dos acordos comerciais analisados com enfoque no gênero⁶.

3. Posicionamento dos parlamentos e governos em relação à ALCA e seu impacto na mulher

Embora nem todos os parlamentos tenham se pronunciado sobre a questão do impacto da ALCA em seus países e, particularmente na mulher, alguns parlamentos e governos tentaram avaliar a ALCA, suas vantagens e seus inconvenientes e também a maneira com que este acordo afetaria os cidadãos. Alguns governos organizaram inclusive seminários em colaboração com a sociedade civil para informar a população e fazê-la participar dos debates. Na maioria dos países, os governos trabalham em colaboração com os parlamentos, informando-os sobre os acompanhamentos das negociações ou ainda criando grupos de trabalho envolvendo parlamentares. As organizações interparlamentares e os parlamentos regionais também discutiram atentamente a questão. Além disto, encontros interparlamentares congregando diferentes países da região debateram sobre a ALCA.

⁴ Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, *op. cit.*

⁵ N.d.t. : Universidade de Quebec em Montreal.

⁶ Lucie Lamarche, *Le processus de l'intégration économique des Amériques se décline-t-il au féminin? Quelques réflexions sur l'apport démocratique et la responsabilité des Parlementaires québécois et québécoises*, Apresentação feita à Assembléia Nacional de Quebec a convite da Seção de Quebec da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, Quebec, 20 mai 2004, 15p.

3.1 Os parlamentos e os governos

Considerando-se a falta de recursos, apresentamos a seguir o posicionamento dos parlamentos e governos de quem tais informações foram disponibilizadas.

No **Canadá**, como o comércio interprovincial é da responsabilidade do parlamento federal, este parlamento deve ser informado e consultado pelo governo sobre as negociações da ALCA. Deste modo, o Comitê Permanente sobre Assuntos Exteriores e Comércio Internacional fez três relatórios, de 1999 a 2002, contendo recomendações sobre a ALCA e o comércio com os países das Américas. Segundo estes relatórios, a Câmara dos Comuns seria favorável a uma área de livre comércio, embora identifique alguns pontos que têm de ser ponderados pelo governo do Canadá. O parlamento recomenda que o governo federal considere os países com menores condições das Américas, concedendo-lhes recursos financeiros para melhor negociarem a ALCA e tirem bom proveito do mesmo. O parlamento incita o governo a dar assistência técnica para a elaboração de programas nacionais, possibilitando-lhes uma melhor adaptação ao livre comércio, assim como prazos de implantação mais flexíveis. Por fim, o Comitê solicita ao governo que não inclua na ALCA disposições sobre o regulamento de controvérsias entre investidores e Estados, como as existentes no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Alguns partidos representados na Câmara dos Comuns manifestaram sua dissidência. Deste modo, o *Nouveau Parti Démocratique* (NPD)⁷, que se opõe aos acordos até então assinados pelo Canadá com os Estados Unidos e outros países, não apóiam os relatórios apresentados pelo parlamento. O *Bloc québécois*⁸ diz que ser a favor de uma ALCA contanto que o lugar de Quebec seja levado em consideração, que a transparência seja comprovada, que o mesmo acesso seja possibilitado a todos os países e que a globalização tenha um aspecto humano⁹.

⁷ N.d.t. : Novo Partido Democrático.

⁸ N.d.t. : Bloco Quebequense.

⁹ Comitê Permanente dos Assuntos Estrangeiros e do Comércio Internacional, *A Área de Livre Comércio das Américas: Pour un accord qui sert les intérêts des canadiens*, out. 1999, *Équilibre, Transparence e Engagement après le Sommet de Québec*, jun. 2001 e *Renforcer les liens économiques du Canada avec les Américas*, jun. 2002.

A *Condition féminine Canada*¹⁰ (CFC), órgão federal para promoção da equidade entre gêneros, dirigiu em 2000 três estudos para analisar o impacto dos acordos comerciais internacionais na mulher e no homem¹¹.

O primeiro relatório é sobre as problemáticas da liberalização do comércio para a mulher. O comércio internacional então influencia a mulher em vários setores, particularmente na saúde e educação. De fato, estes são setores em que as mulheres são a maioria em termos de empregos, ficando assim mais vulneráveis à liberalização dos serviços, embora o governo do Canadá afirme que estes setores não serão envolvidos.

Um destes estudos revela os mecanismos de consulta do governo canadense junto à população, e particularmente à mulher, e o modo como as considerações relacionadas à igualdade entre gêneros podem ser integradas às políticas comerciais. Este relatório destaca que os recursos de consulta organizados pelo governo consideram raramente a mulher e a questão da igualdade entre gêneros nos acordos comerciais e revela também como estes acordos beneficiam mais os setores industriais e do mundo dos negócios.

Além do mais, apesar de existir no Canadá órgãos do governo responsáveis pela condição feminina, estes não estão integrados no processo de negociações dos acordos comerciais. É por isso que os grupos de mulheres no Canadá e em outros países das Américas decidiram exercer pressão diante dos governos para influenciar suas decisões no processo de negociação. O documento da CFC salienta a iniciativa do Fórum de Mulheres, criado no marco do Fórum da Sociedade Civil das Américas, e da apresentação feita, em 1999, ao ministro do Comércio Internacional do Canadá das recomendações para que a mulher seja considerada no processo da ALCA. Este documento denuncia também o mecanismo de consulta da sociedade civil, que filtraria todas as contribuições que não tratem exclusivamente de comércio ou aquelas consideradas não construtivas.

Por fim, o relatório parabeniza a iniciativa do Canadá, tomada no marco do processo de negociações da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC). Na realidade, em 1997, o governo do Canadá montou um subcomitê, composto da CFC e do *ministère des Affaires*

¹⁰ N.d.t. : Condição Feminina Canadá.

¹¹ *Les Canadiennes et le commerce : Survol des principaux enjeux* (ago. 2000), *Politique internationale en matière de commerce : Une introduction* (mar. 2000) e *Commerce international : Intégration des considérations liées à l'égalité entre les sexes dans le processus d'élaboration des politiques. Initiatives et leçons* (dez. 2000) disponíveis no site : http://www.cfc-swc.gc.ca/pubs/pubsubject_f.html

*étrangères e du commerce international*¹² (MAECI), que tratou das questões dos vínculos sociais entre gêneros na APEC. Este relatório recomenda que as experiências da APEC sirvam de inspiração, integrando as críticas do que é feito em outros acordos comerciais, com o propósito de fortalecer a transparência e o processo democrático das negociações comerciais.

No **Quebec**, a Comissão das Instituições da Assembléia Nacional apresentou, em dezembro de 2000, após consulta pública, um relatório sobre os efeitos políticos e sócio-econômicos da ALCA em Quebec. Neste relatório, a comissão recomenda aos governos determinadas ações, a saber: o Poder Executivo deve favorecer a transparência nas negociações e informar a população sobre o avanço das tramitações; além disto, os parlamentares devem ser consultados e devem poder se manifestar sobre a questão. Esta comissão propõe a criação de um fórum parlamentar na Cúpula das Américas, como o existente na União Européia e no MERCOSUL e, por fim, solicita ao governo de Quebec que ratifique três convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao governo do Canadá que faça com que outros governos incluam normas ambientais em suas legislações¹³.

O Conselho de Estatuto da Mulher, órgão do governo que cuida para que os direitos da mulher sejam respeitados em Quebec, examinou com interesse a questão e redigiu um relatório em resposta à Comissão das Instituições da Assembléia Nacional de Quebec. Neste contexto, o Conselho aponta que o desenvolvimento social nem sempre é acompanhado de crescimento econômico; que é o objetivo dos acordos de livre comércio. Além do mais, Quebec e Canadá correm o risco de ver a presença do Estado, tradicionalmente forte, atenuada. As quebequenses são, então, afetadas pela liberalização do comércio no sentido de que este processo ocasiona uma redução dos serviços públicos, inclusive serviços de saúde e educação, o que levaria as mulheres a ficarem em suas casas para se encarregar dos doentes e aumentaria a carga de trabalho não remunerado das mesmas. O Conselho está convencido de que “as mulheres precisam do Estado para chegarem à igualdade”. O Conselho deplora também a ausência de mulheres em setores chaves das negociações da ALCA, ou seja, no comércio e na economia. Em seu relatório, o Conselho recomenda aos governos de Quebec e do Canadá que assegurem que as cláusulas sobre os direitos humanos sejam exclusas da ALCA, além dos objetivos sociais e igualitários. Recomenda inclusive que seja mantida a exclusão da cláusula de liberalização dos serviços de saúde e educação. O Conselho exorta

¹² N.d.t. : Ministério dos Assuntos Exteriores e do Comércio Internacional.

¹³ Comissão das Instituições da Assembléia Nacional de Quebec, *Quebec e a Área de Livre Comércio das Américas: Efeitos políticos e sócio-econômicos*, dez. 2000.

também o governo de Quebec a ratificar três convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, por fim, solicita que seja criado um verdadeiro fórum que possibilite a participação da sociedade civil, dispondo dos mesmos meios que o fórum voltado para o mundo dos negócios¹⁴.

Nos **Estados Unidos**, o governo lançou em votação no Senado e na Câmara dos Representantes, em agosto de 2002, um acordo que lhes possibilitava assinar e implantar rapidamente os acordos de livre comércio. Este acordo, conhecido por “Fast Track” ou “Trade Promotion Authority” estabelece que o Congresso não tem mais a autoridade de fazer emendas aos acordos de livre comércio, embora possa apenas aprová-los ou rejeitá-los¹⁵. O governo pode então ter a certeza de que um acordo negociado com tais condições não será modificado pelo parlamento. Entretanto, o Senado ainda pode verificar se um acordo de livre comércio assinado respeita as leis de antidumping dos Estados Unidos.

No caso do **México**, a Sra. Saldaña Pérez, senador da República apresentou-nos um relatório que demonstra como os poderes executivo e legislativo assumem um posicionamento diferente em relação aos impactos da ALCA na população. O governo mexicano é a favor da ALCA, embora esteja consciente que o setor agrícola é o mais frágil e que a mulher não é afetada da mesma maneira que o homem. O parlamento mexicano tem pontos de vista diferentes sobre este assunto. A opinião dos parlamentares foi avançada nas assembléias interparlamentares, pois os parlamentares apresentaram relatórios ao Senado e à Câmara de Deputados. Entretanto, a Câmara de Deputados submeteu ao governo federal uma resolução sobre os direitos dos agricultores. O poder legislativo recomenda que sejam implantadas estruturas para que a mulher discuta sobre os acordos comerciais e que especialistas de questões femininas sejam inclusos nas negociações. O legislativo também exorta a criação de um programa nacional que permita que a mulher tenha acesso ao emprego e à formação tecnológica¹⁶.

Em 2003, a **Venezuela** propôs um acordo alternativo ao da ALCA, intitulado Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Este projeto visa a luta contra a pobreza e a exclusão

¹⁴ Parecer do Conseil du statut de la femme, *Les Québécoises, la mondialisation et la Zone de livre-échange des Amériques : une première réflexion*, Québec, abr. 2001.

¹⁵ U.S. Department of State, Trade Promotion Authority, Fact Sheet, Bureau of Oceans and International Environmental and Scientific Affairs, Washington, DC, 23 ago. 2002, www.state.gov/g/oes/rls/fs/2002/12953.htm

¹⁶ Formulário de coleta de informações para a redação de um relatório sobre a mulher e a ALCA feito por Fatima Houda-Pepin, deputada da Assembléia Nacional de Quebec e relatora da temática « Mulheres e ALCA », que deveria ser apresentado na Reunião Anual da Rede em maio de 2005. Posicionamento os parlamentares e/ou governos das Américas, Lucero Saldaña Pérez, Senadora da República do México.

social proporcionando serviços de qualidade como contrapeso à eliminação do Estado. Trata-se de uma alternativa que visa favorecer a integração latino-americana. Para tanto, está prevista a criação de fundos compensatórios para a convergência estrutural a fim de financiar os investimentos das infraestruturas e dos serviços. A ALBA também outorgaria aos Estados o direito de implantar programas voltados aos setores produtivos, sendo que isto possibilitaria atenuar as desigualdades¹⁷. O governo insiste também no fato que prefere fortalecer a integração regional antes de dar prosseguimento às negociações para a ALCA. O parlamento da Venezuela parece não ter se pronunciado sobre a questão da ALBA, embora na sessão especial de 14 de janeiro de 2005, o presidente da República tenha anunciado, em seu discurso anual estabelecido pela constituição, suas intenções em relação ao ALBA¹⁸. Além disto, após a reunião da COPA na cidade de Quebec em 2001, a deputada Benita Araujo de Chacon solicitou que fosse analisada pelo Parlamento a integração da Venezuela na ALCA.

Em **Cuba**, o parlamento afirma que apóia a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Esta afirmação consente também a assinatura de uma declaração conjunta entre a Venezuela e Cuba sobre a implantação deste acordo. Segundo a Assembléia Nacional do Poder Popular de Cuba, é preciso que os países da América Latina rejeitem a ALCA, que será uma ameaça de colonização da região pelos Estados Unidos¹⁹.

A Câmara dos Deputados do **Brasil**, organizou de 23 a 24 de outubro de 2001, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, um seminário sobre o Brasil e a ALCA. Esta conferência analisou o lugar do Brasil no mundo, considerando os diversos acordos de livre comércio, como o MERCOSUL, a ALCA, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a União Européia. Argumentos a favor e contra a ALCA foram destacados, embora a maioria dos participantes concorde que a ALCA deva satisfazer os interesses do Brasil, que quer aquecer sua economia com o resto do mundo, além de suas exportações. Conseqüentemente, o governo do Brasil negocia uma ALCA que favorecerá o acesso a mercados mais dinâmicos, que atenuará as barreiras não tarifárias e que eliminará o protecionismo. Além disto, a proteção da propriedade intelectual possibilitará a incrementação da capacidade tecnológica dos países²⁰.

¹⁷ Por quê o ALBA, Antonio Morrillo, Radio Nacional de Venezuela, 16 fev. 2005,

www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=15&t=13735

¹⁸ <http://www.asambleanacional.gov.ve/ns2/diarios.asp?id=528>

¹⁹ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=15&t=13735>

²⁰ Seminário Brasil e ALCA, Câmara dos Deputados, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI)/FUNAG, Brasília, 2002.

No **Paraguai**, o Ministério das Relações Exteriores organizou, em 17 de julho de 2003, uma conferência-debate sobre a ALCA e seus impactos sócio-econômicos no Paraguai e também um seminário sobre desafios e perspectivas do MERCOSUL e da ALCA para o Paraguai²¹. Os participantes afirmaram, então, serem mais favoráveis ao MERCOSUL do que à ALCA, denunciando as condições impostas pelos Estados Unidos nas negociações deste tratado²².

3.2 As organizações interparlamentares e os parlamentos regionais

As organizações interparlamentares e os parlamentos regionais também expressaram suas opiniões sobre a ALCA, quer através de seminários quer declarações.

O **Parlamento Andino** organizou um seminário regional sobre as negociações da ALCA, 10 e 11 de dezembro de 2002 em Lima, Peru. Após este encontro, foi adotada uma declaração sobre o posicionamento do Parlamento Andino em relação à ALCA. Este parlamento considera ser preciso consolidar a comunidade andina e favorecer a criação de acordos como o da Comunidade Andina das Nações (CAN-MERCOSUL), e acha que precisa haver um maior número de debates nas organizações com a participação da sociedade e dos parlamentares. Esta declaração enfatiza também a necessidade de transparência nas negociações. O parlamento recorda a fragilidade ambiental da floresta amazônica e a importância que um acordo, como a ALCA, leve a floresta em consideração. Na opinião dos parlamentares da região andina, a ALCA é possível apenas se os países desenvolvidos modificarem suas políticas de patentes, propriedade intelectual e subsídios agrícolas. Por fim, a ALCA deveria poder atenuar o nível de pobreza, criar empregos e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região²³.

O **Parlamento Latino-Americano** (PARLATINO) discutir sobre ALCA durante um seminário profissional de cerimonial, protocolo e eventos na América Latina, de 19 a 20 de maio de 2004. A conferência de abertura deste seminário intitulava-se “A ALCA: problema ou solução para a América Latina”. O deputado Ney Lopes, presidente do PARLATINO, concluiu na ocasião que o impacto da ALCA nos países da América Latina dependerá de cada país e da maneira como tais negociações serão dirigidas. Relembra que tais negociações devem recorrer ao auxílio

²¹ www.ftaa-alca.org/SPCOMM/SOC/cs24r1_e.asp

²² www.argenpress.info/notas.asp?num=006557

²³ O Parlamento Andino diante da Área de Livre Comércio das Américas, Seminário/Painel Regional sobre as negociações da ALCA, Lima, 10 e 11 de dezembro de 2002, www.parlamentoandino.org.

dos parlamentares. Além disto, o acordo sempre exercerá impactos socioculturais, ambientais, políticos e econômicos. O essencial é fazer com que tais impactos sejam positivos²⁴.

O **Parlamento Indígena das Américas** opõe-se à criação da ALCA, pois segundo esta entidade os países da América Latina não têm todos o mesmo nível de avanço econômico ou tecnológico que os países desenvolvidos. É por isto que os países da América Latina não se sentem preparados para negociar um acordo de livre comércio com os demais²⁵.

3.3 Reuniões interparlamentares

As várias reuniões interparlamentares possibilitaram aos parlamentos se pronunciarem sobre a criação da ALCA.

Em Quito, Equador, houve uma **reunião continental parlamentar sobre a ALCA e o papel dos parlamentares da região**, de 29 a 30 de outubro de 2002, na qual compareceram parlamentares da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Nicarágua, Peru, Quebec, El Salvador, Uruguai e Venezuela.

A declaração final adotada em decorrência desta reunião enfatiza o papel de legislador exercido pelos parlamentares. Este documento denuncia também o mecanismo das negociações que descarta parlamentares. Os signatários recordam inclusive que é o parlamento que deve estudar os acordos de livre comércio susceptíveis de exercerem um impacto nos trabalhadores e na produção agrícola. Foram denunciadas as reformas econômicas e privatizações que afetam a sociedade (em termos de serviços essenciais) e também o sistema de propriedade intelectual a ser integrado na ALCA que serviria os interesses apenas dos Estados Unidos. Ainda baseado nesta declaração, o objetivo da ALCA é fortalecer a hegemonia dos Estados Unidos. Os parlamentares presentes nesta reunião lançam um convite para que sejam criadas comissões especiais da ALCA. Os parlamentos também devem avaliar os resultados de outros acordos já implantados. Os signatários propõem que os documentos de trabalho utilizados nas negociações da ALCA sejam colocados à disposição de todos para que o caráter secreto das negociações seja eliminado. Por fim, os

²⁴ www.parlatino.org/printWindow.php?tbl=&id=820&lg=es

²⁵ www.parlamentoindigenadeamerica.org

parlamentares recomendam a rejeição da ALCA e o fortalecimento dos acordos regionais já existentes²⁶.

O primeiro **Fórum Parlamentar das Américas**, organizado no marco do Fórum Social das Américas, realizado também em Quito, Equador, de 27 a 28 de julho de 2004, contou com a presença de participantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, El Salvador e Venezuela.

Este fórum abordou essencialmente problemas da região, entre eles, a ALCA. Os parlamentares participantes denunciaram as políticas neoliberais vigentes em seus próprios países, que exerceriam impactos negativos particularmente na mulher. Os participantes destacaram que os acordos de livre comércio foram negociados sem que os parlamentares fossem consultados. Na opinião dos signatários, tais acordos têm efeitos negativos sobre a soberania dos países e deterioram a situação dos trabalhadores reforçando as desigualdades. Na ocasião, foi manifestado também um apoio aos parlamentares mexicanos em relação a uma renegociação do NAFTA, foi apresentada uma demanda aos parlamentares das Américas para que os mesmos não ratifiquem o tratado de livre comércio assinado pelos seus governos e os Estados Unidos. Esta declaração insiste inclusive na prioridade dos parlamentares em relação aos acordos regionais entre os países da América Latina e o Caribe. Os parlamentares presentes neste fórum manifestaram-se contra a ALCA, o Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-América Central (CAFTA) e outros acordos, apoiando os movimentos contra os acordos de livre comércio. A declaração sugere um trabalho conjunto com os grupos sociais e as mulheres, e garante seu apoio ao movimento da “Marcha Mundial das Mulheres”²⁷.

Por fim, a **Reunião de Parlamentares Andinos**, ocorrida em 15 de maio de 2003 em Quito, tratou do impacto dos tratados internacionais no meio ambiente. A declaração, assinada pelo deputado equatoriano Ricardo Ulcuango e pelo senador colombiano Jorge Robledo, estabelece que os parlamentares presentes neste evento são contra a ALCA. Estes parlamentares destacam a importância de se desenvolver mercados internos e privilegiar acordos entre os países da América Latina. Na opinião deles, as políticas de desenvolvimento não consideram os direitos dos indígenas. Recomendam também que as políticas de desenvolvimento

²⁶ Encontro Continental Parlamentar sobre a ALCA e o Papel dos Parlamentos da Região, Declaração de Quito, www.ctera.org.ar/Web/alca/rtf/quito_parlamentarios.rtf, 29 y 30 de octubre de 2002.

²⁷ Declaração do Primeiro Fórum Parlamentar das Américas, Quito, 27 e 28 de julho de 2004.

econômico protetoras do meio ambiente sejam favorecidas, e além do mais, convidam os parlamentares da região a apoiarem a resistência das sociedades em relação à ALCA²⁸.

3.4 Atividades informativas

Outros países das Américas também organizaram atividades informativas com a sociedade civil. O **comitê de representantes governamentais sobre a participação da sociedade civil** divulgou seu WEBSITE as diversas ações dos governos²⁹:

- Na **República Dominicana**, o Ministério das Relações Exteriores fez seminários e conferências com o objetivo de estabelecer uma aceitação global em relação às vantagens e aos inconvenientes da ALCA. Além do mais, o governo priorizou a transparência nas negociações, pois é preciso haver consenso nos diferentes partidos políticos para que, então, o Congresso de tais países aprove o acordo.
- Os chefes de governos membros da **Comunidade do Caribe (CARICOM)** organizaram uma conferência, em julho de 2002, para a qual convidaram a sociedade civil a participar dos diversos processos de integração assumidos pela região. No marco desta conferência, três grupos de trabalho trataram do desenvolvimento igualitário dos recursos humanos (principalmente da questão da mulher, da juventude, dos deficientes, das migrações e das diásporas), do mercado único do Caribe e do investimento em capital e também da governança.
- Na **Costa Rica**, foi estabelecido um diálogo entre o governo e a Assembléia Legislativa a fim de que os parlamentares fiquem bem informados da evolução das negociações. O objetivo destas consultas é definir a opinião da sociedade civil sobre a ALCA e também determinar o posicionamento do país a respeito.
- O Ministério das Relações Exteriores da **Argentina** estabeleceu, em dezembro de 2000, um grupo de trabalho com o parlamento. Este grupo é composto por

²⁸ Encontro de parlamentares andinos sobre o impacto dos tratados internacionais (ALCA, OMC, TLCAN) no meio ambiente, Declaração Quito, 15 de maio de 2003, www.accionecologica.org.

²⁹ FTAA – Committee of government representatives on the participation of civil society, Best Practices and illustrative examples of consultations with civil society at the national/regional level, www.ftaa-alca.org/SPCOMM/SOC/cs24r1_e.asp.

legisladores que já atuam em comitês parlamentares de assuntos estrangeiros, comércio, indústria, agricultura, MERCOSUL, integração e negociações comerciais. Além do mais, o centro de economia industrial do governo analisou os impactos deste acordo.

- O governo do **Chile** implantou um conselho ministerial que inclui parlamentares e que leva em consideração os diversos pontos de vista vinculados às negociações da ALCA. Estas consultas são feitas para que as leis e a Constituição sejam cumpridas. O governo organizou também seminários no país todo para informar a sociedade civil sobre o mecanismo de funcionamento da ALCA.
- O Ministério do Comércio Exterior da **Colômbia**, em colaboração com a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), organizou em 23 de maio de 2002 um seminário sobre os efeitos da ALCA na economia colombiana.
- O governo do **Ecuador** publicou um documento sobre as estratégias do país em relação à ALCA para suscitar um debate na população. Organizou também vários seminários e fóruns sobre a questão da ALCA nas cidades de Quito e Guayaquil.
- O governo do **Peru** criou um comitê ALCA/Peru que divulga informações sobre as negociações da ALCA no Congresso peruano. O governo instituiu também um grupo de trabalho para questões ambientais, composto de representantes de vários ministérios e da sociedade civil. De julho a outubro de 2002, este grupo organizou painéis sobre as perspectivas das negociações da ALCA vinculadas ao meio ambiente. Outros assuntos também foram tratados durante estes painéis, a saber, propriedade intelectual, investimentos, agricultura e salário diferenciado. Além disto, por iniciativa do Ministério do Comércio Exterior, foi criado um outro grupo de trabalho e de turismo para tratar do comércio e do direito trabalhista.

Conclusão

Conforme especificado na minha introdução, apresentei-lhes um relatório preliminar que retrata o posicionamento dos diversos parlamentos e governos sobre os impactos da ALCA na mulher.

Em relação aos países abordados individualmente, o posicionamento dos parlamentos é diverso, além da existência de certas divergências em um mesmo parlamento. Entretanto, todos os parlamentares solicitam uma maior transparência nas negociações e consideram também que os membros do poder legislativo não são suficientemente presentes em tais tramitações.

Na realidade, embora seminários tenham sido organizados para informar a população sobre o funcionamento da ALCA, este tipo de ação não é concretizado em todos os países participantes das negociações; e a impressão que as negociações continuam sendo feitas em segredo ainda faz-se presente.

Por fim, quando se trata de encontros interparlamentares, o posicionamento é diferente. Os parlamentos presentes em tais encontros pronunciaram-se, de fato, contra a ALCA.

Aliás, com exceção da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, pouquíssimos parlamentos ou organizações parlamentares abordaram esta problemática em suas discussões. Apesar da recomendação adotada em Caracas para a realização de um acompanhamento constante dos impactos da ALCA na mulher, fica difícil encontrar documentos sobre o assunto nos próprios parlamentos. Os governos também não fizeram relatórios sobre a situação da mulher.

É preciso então continuar concentrando esforços nas questões da mulher nas próximas reuniões. Além disto, já que nenhuma outra reunião ministerial está prevista por enquanto, os parlamentos devem se preparar para a próxima Cúpula das Américas, quando um aspecto das discussões será sobre as negociações da ALCA. Como o tema da IV Cúpula das Américas será “Criar empregos para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática”, é importante assegurar que a mulher seja considerada nestas discussões.

Ao concluir, insistimos em que, os parlamentos que ainda não o fizeram, assumam um posicionamento sobre a questão da ALCA e que todos os parlamentos das Américas examinem atentamente o impacto deste acordo na mulher. Terei de contar com a colaboração de todos os parlamentos membros da COPA para que nos enviem as informações solicitadas no questionário; informações sobre as quais nos basearemos para estabelecer o estado real da

situação. Assim, poderemos melhor definir as prioridades das ações futuras da Rede, determinar o papel que os parlamentares devem exercer no processo de negociações da ALCA e assumir um posicionamento institucional como Rede de Mulheres Parlamentares das Américas em relação a esta importante problemática.